

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito dos componentes patrimoniais e dos fatos contábeis, julgue os itens a seguir.

- 71 Caso uma empresa possua R\$ 50.000,00 de capital de terceiros, que representa 25% do total de recursos à disposição da sociedade, o ativo total da empresa será inferior a R\$ 150.000,00.
- 72 O recebimento de vendas a prazo é considerado um fato contábil permutativo, visto que ele não provoca alterações no patrimônio líquido da entidade e modifica apenas a composição do ativo circulante com o aumento das disponibilidades.
- 73 Havendo liquidação de empresa em situação líquida nula ou equilibrada, o seu ativo será suficiente apenas para o pagamento das dívidas com terceiros, não sendo suficiente para o pagamento do capital próprio.

Com relação ao plano de contas e às teorias relacionadas às contas patrimoniais e às contas de resultado, julgue os itens que se seguem.

- 74 Conforme as dimensões básicas da receita, embora ela possa ser estimada pela entidade, seu valor final deverá ser validado pelo mercado, em determinado período de tempo.
- 75 Um dos objetivos do plano de contas é estabelecer normas de conduta para o registro das operações da entidade, por meio do atendimento às necessidades de informação da administração da empresa, da observação do formato compatível com as normas de contabilidade, e da adaptação, tanto quanto possível, às exigências dos agentes externos.
- 76 Com base na teoria dos fundos, as exigibilidades são subtraídos dos ativos, ou ativos negativos; já os passivos são vistos como reservas ou restrições aos ativos, derivantes de considerações legais, equitativas, econômicas ou gerenciais.

Julgue os itens subsequentes, a respeito do livro diário, do livro razão e do balancete de verificação.

- 77 Os documentos base para a elaboração do balancete de verificação são o livro diário, de onde são extraídos os saldos finais das contas, e o livro razão, no qual estão demonstradas as movimentações contábeis.
- 78 Uma das finalidades do balancete de verificação é demonstrar a correta aplicação do método das partidas dobradas, pois o total devedor deve ser igual ao total credor, ou seja, para cada débito em uma ou mais contas deve haver crédito de igual valor em uma ou mais contas.

Com relação ao controle de estoques, julgue os itens seguintes.

- 79 Caso uma economia apresente preços perfeitamente estáveis, o saldo final dos estoques será o mesmo, independentemente de o método escolhido ser a média ponderada ou o primeiro que entra, primeiro que sai.
- 80 Na compra de mercadorias à vista, caso seja utilizado o sistema de inventário permanente, deverão ser lançados estoques de mercadorias e impostos a recolher a débito, em contrapartida de disponível a crédito.

Com base nas normas de contabilidade aplicáveis às demonstrações financeiras, julgue os itens subsecutivos.

- 81 No fluxo de caixa pelo método indireto, as variações positivas (negativas) do ativo circulante aumentam (reduzem) o caixa e as variações positivas (negativas) do passivo circulante reduzem (aumentam) o caixa.
- 82 As ações em tesouraria representam as ações da companhia que são adquiridas pela própria sociedade e devem ser registradas no patrimônio líquido, em conta credora, de modo a aumentar, assim, o valor do capital social.
- 83 Um instrumento financeiro classificado como ativo no balanço patrimonial pode ser corretamente categorizado como: mantido para negociação; mantido até o vencimento; empréstimos/contas a receber; e disponível para venda.
- 84 Os juros pagos a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderão ser deduzidos na demonstração do resultado do exercício, sendo seu cálculo realizado sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitado à variação, *pro rata* dia, da taxa de juros de longo prazo (TJLP).
- 85 São denominados equivalentes de caixa os investimentos conversíveis em moeda e que apresentam alto risco de alteração de valor, sendo necessária a exposição, no relatório de administração, dos critérios adotados para identificar as aplicações em equivalente de caixa.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 00 (R1) — estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatórios contábil-financeiros —, julgue os itens a seguir, referentes a conceito, objetivos e usuários da contabilidade.

- 86 O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras úteis acerca da entidade para a tomada de decisão por parte de usuários internos, como os gerentes de produção, e de usuários externos, como os acionistas.
- 87 Os relatórios contábil-financeiros de propósitos gerais não são os instrumentos que atendem a todas as informações de que os usuários externos — investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e em potencial — necessitam.

A respeito dos princípios de contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Resolução CFC n.º 750/1993 e alterações conforme Resolução CFC n.º 1.282/2010, julgue os itens seguintes.

- 88 O princípio da competência, que se refere à simultaneidade do reconhecimento de receitas e despesas correlatas, deve ser observado ao se elaborar a demonstração do resultado do exercício.
- 89 Conforme os princípios da prudência e da oportunidade, os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- 90 Conforme o princípio patrimonialista, o patrimônio é o objeto da contabilidade.

Em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos e passivos, de receitas e despesas, e de ganhos e perdas, julgue os itens subsequentes.

- 91 O valor das vendas de ingressos para os Jogos Olímpicos de 2016, ocorridas em abril de 2015, deve ser reconhecido no balanço patrimonial do exercício de 2015 da empresa vendedora como um passivo exigível.
- 92 Deve-se reconhecer um passivo caso haja uma obrigação futura da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação resultará na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- 93 Perdas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, portanto não são enquadradas como despesas, visto que despesas têm origem em atividades usuais da entidade e perdas, em atividades não usuais.
- 94 Uma das condições para reconhecimento de receitas é que as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser mensuradas com confiabilidade.

Com relação ao reconhecimento e à mensuração de itens patrimoniais e de resultado, julgue os itens subsecutivos.

- 95 Um imóvel arrendado poderá ser reconhecido como ativo contábil pela empresa arrendatária caso a entidade passe a controlar os benefícios econômicos esperados desse bem.
- 96 Caso uma empresa realize gastos para a aquisição de um bem, em que se espera que os benefícios econômicos ocorram somente ao longo do período corrente, então essa transação deverá ser reconhecida como despesa na demonstração do resultado.
- 97 Caso determinada sociedade empresária estime uma provisão, em virtude de garantia oferecida por problema no funcionamento inadequado de produto vendido, essa sociedade deverá reconhecer um passivo e uma despesa no momento da venda, pelo valor estimado.

Com relação às teorias do patrimônio líquido, julgue os itens a seguir.

- 98 A teoria do proprietário é representada pela equação que descreve o patrimônio líquido como resultado da diferença entre ativo e passivo.
- 99 Na teoria da entidade, os juros referentes a empréstimo obtido representam despesas para a sociedade empresária, pois reduzem a riqueza da entidade e não a dos acionistas.
- 100 A teoria da entidade, em contraposição à teoria do fundo, aborda a necessidade de divulgação da demonstração do valor adicionado e do balanço social por empresas de grande e de médio porte.

A respeito dos eventos personificados como regulares pela ciência contábil aplicada ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 101 É correto afirmar que um ente público desrespeita o princípio da oportunidade se sua demonstração das variações patrimoniais (DVP) evidenciar que o resultado patrimonial do período decorre exclusivamente do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, independentemente da execução orçamentária.
- 102 De acordo com o princípio da prudência, presume-se cautela para evitar que o grau variável das incertezas contribua para diminuir a confiabilidade do processo de mensuração e de apresentação dos controles estruturados contra fraudes nos registros patrimoniais.

Uma vez ajustados formalmente os valores dos componentes patrimoniais, é possível reconhecer os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional nos registros contábeis. Nesse sentido, julgue os itens seguintes, acerca de atualização monetária.

- 103 Se um ente público utiliza um índice de inflação acumulado de determinado período para corrigir a expressão formal do valor original de seus componentes patrimoniais, então esse ente reconhece contabilmente uma nova avaliação, de modo a atender ao princípio do registro pelo valor original.
- 104 Na perspectiva do setor público, é possível recompor monetariamente o valor de aquisição de determinado elemento patrimonial que esteja defasado no tempo, desde que a taxa acumulada de inflação no triênio seja igual ou superior a 100%, exigindo-se, nesse caso, a evidenciação da taxa utilizada nas notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras.

A respeito da contabilidade aplicada ao setor público, julgue os itens que se seguem.

- 105 Integram o balanço financeiro itens orçamentários (receitas e despesas) e extra-orçamentários (recebimentos e pagamentos). Então, está correta a contabilidade da unidade que registra, nesse balanço, como receita extra-orçamentária, os restos a pagar inscritos no exercício.
- 106 O patrimônio público deve conter aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física adequados à prestação de contas, além de fornecer aos usuários informações de apoio ao processo de tomada de decisão e o suporte necessário para a instrumentalização do controle social.
- 107 Os direitos e os bens que, mesmo onerados, gerem benefícios presentes ou futuros à entidade do setor público que os explora, devem ser considerados como patrimônio público.
- 108 As situações não compreendidas no ativo ou no passivo, seja ele financeiro ou permanente, e que imediata ou indiretamente possa vir a afetar o patrimônio da entidade, são registradas em contas de compensação.
- 109 Para consolidar o atendimento de exigências legais ou de necessidades gerenciais de entidade na condição de pessoa jurídica do setor público, é necessário que a unidade originária represente parcela do patrimônio da unidade contábil descentralizada.

A respeito da convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público às normas internacionais, julgue os itens a seguir.

- 110** A dedução do valor do terreno, onde se localiza a edificação, da base de cálculo é condição para registrar a depreciação do prédio de vida útil determinada, tombado e de uso exclusivo da entidade pública, diferentemente dos bens semoventes que foram alocados no grupo de preservação, que não são depreciados.
- 111** Como método para mensuração e avaliação das saídas de estoques no setor público, utiliza-se o método do PEPS (primeiro a entrar, primeiro a sair) ou o do custo médio ponderado.
- 112** Para a preservação do patrimônio público, exige-se que o controle interno seja exercido em todos os níveis da entidade do setor público.
- 113** A demonstração das variações patrimoniais é a peça contábil indicada para o usuário que deseja conhecer e analisar, se for o caso, o resultado patrimonial do exercício da entidade.

Com relação às normas gerais de direito financeiro que orientam a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, julgue os itens subsecutivos.

- 114** O registro contábil da previsão inicial da receita encontrará amparo na regra vigente caso sejam utilizados, na formação do código da conta de débito, os números 5.2.1.1, que correspondem aos níveis de desdobramento classe, grupo, subgrupo e título.
- 115** O pagamento para terceiros, de responsabilidade da entidade pública, só será exarado em documentos contábeis específicos, requerendo-se, inclusive, que a autoridade competente determine por escrito que a ordem de pagamento seja paga.

Com base nas normas brasileiras para o exercício e a execução de trabalho da auditoria interna, julgue os itens subseqüentes.

- 116** Enquanto no setor privado a auditoria interna pode se limitar à verificação da economicidade e da eficiência da entidade auditada, no setor público, além dessa verificação, a auditoria interna deve avaliar também informações contábeis.
- 117** O principal objetivo do auditor interno é obter achados que permitam fundamentar as evidências acerca dos procedimentos de auditoria aplicados.
- 118** Recomenda-se que haja uma relação pessoal entre o auditor interno e o gestor da entidade auditada, o que favorece a confidencialidade das informações, que não devem ser reveladas a terceiros.

A respeito do planejamento dos trabalhos de auditoria governamental, da fraude e do erro, dos testes, das técnicas e da amostragem estatística em auditoria, julgue os próximos itens.

- 119** Se, por erro, a entidade auditada considerar um valor menor para determinada receita, isso não deve ser considerado como uma distorção pelo auditor, pois, nesse caso, aplica-se o princípio da prudência.
- 120** Nem sempre é necessário que o auditado responda aos pedidos de confirmação solicitados pelo auditor.
- 121** Para reduzir o erro tolerável em uma amostra aleatória simples, é necessário que o auditor também reduza o tamanho da amostra.
- 122** No planejamento dos trabalhos de auditoria a ser realizada na DPU, além da observância das normas de auditoria, o auditor deve considerar as normas específicas relativas ao objeto da auditoria, ainda que tais normas não sejam consideradas na avaliação da materialidade de distorções encontradas.

Em relação aos papéis de trabalho, tipos de auditoria no setor público e eventos subseqüentes, julgue os itens que se seguem.

- 123** Se, durante a avaliação dos inventários de material de consumo e permanente da unidade auditada, a auditoria interna identificar falhas, além da devida fundamentação em relação às normas legais descumpridas, os auditores devem propor possíveis soluções em seu relatório.
- 124** A auditoria de avaliação da gestão atua em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, com vistas a certificar as contas prestadas pelo gestor.
- 125** Eventos como cancelamento de restos a pagar ou outros que afetem a posição financeira da entidade auditada devem ser considerados no relatório do auditor, mesmo que ocorram no início do exercício seguinte ao de referência para a auditoria.
- 126** Os papéis de trabalho obtidos nas auditorias internas são semelhantes em suas finalidades e importância aos papéis elaborados diretamente pelos auditores internos.

Acerca dos procedimentos e testes de auditoria no setor público, julgue os seguintes itens.

- 127** A correta aplicação dos procedimentos de auditoria por parte do auditor elimina o risco de detecção.
- 128** Ao realizar auditoria no SIAFI, o auditor pode aplicar testes substantivos para verificar se os valores licitados foram corretamente registrados pela contabilidade da auditada.
- 129** Ao comparar informações obtidas em trabalhos anteriores realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e por outras auditorias independentes da unidade auditada, o auditor emprega técnica adequada prevista nas normas de auditoria do setor público.
- 130** As normas de auditoria do Poder Executivo federal preveem procedimento de auditoria, por meio de inspeção, para avaliar a qualidade e a quantidade dos bens tangíveis e intangíveis dos órgãos públicos.

Considere que a Defensoria Pública da União (DPU) tenha contraído, em janeiro de 2014, um empréstimo internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor R\$ 100 milhões, para pagamento em vinte anos, com carência de cinco anos.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 131 A dívida flutuante da DPU será acrescida de R\$ 100 milhões.  
 132 A dívida interna da DPU será acrescida de R\$ 100 milhões.  
 133 A dívida fundada da DPU será acrescida de R\$ 100 milhões.  
 134 A contratação do empréstimo não implica alteração na dívida ativa da DPU.

#### Relatório de Gestão Fiscal

#### Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

#### Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 3.º quadrimestre de 2014

RGF – Anexo VII (LRF, art. 48)

despesas com pessoal – Poder Executivo	% sobre a RCL
despesa total com pessoal (DTP)	46,93
limite máximo	????
limite prudencial	????

Com relação às informações do demonstrativo apresentado, julgue os itens subsequentes, considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- 135 Caso o demonstrativo se refira a governo municipal, o limite máximo de despesa total com pessoal será de 54% para o Poder Executivo e, nesse caso, o governo subnacional do demonstrativo não atingiu o limite prudencial da LRF.  
 136 Caso o demonstrativo se refira ao governo federal, o limite prudencial de despesa total com pessoal será de 40,9% para o Poder Executivo e, nesse caso, o governo subnacional do demonstrativo atingiu o limite prudencial da LRF.  
 137 A esfera de governo ou o órgão que tenha extrapolado o limite prudencial sem alcançar o limite máximo da DTP do ente Federado deverá reduzir o gasto com pessoal no próximo quadrimestre.  
 138 Caso o demonstrativo se refira a governo estadual, não foram atingidos os limites máximo e prudencial da LRF com relação à despesa total e prudencial com pessoal, já que o limite máximo de DTP é de 49% para o Poder Executivo.

A respeito do orçamento público e das receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

- 139 As receitas públicas são classificadas como provisórias e definitivas.  
 140 O orçamento tradicional ou clássico adotava linguagem contábil-financeira e se caracterizava como um documento de previsão de receita e de autorização de despesas, sem a preocupação de planejamento das ações do governo.  
 141 De acordo com o princípio da universalidade orçamentária, cada unidade orçamentária deve possuir apenas um orçamento.  
 142 Os limites de gastos com pessoal para a DPU são definidos na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Com relação às disposições constantes na LRF a respeito da lei orçamentária anual (LOA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e ao plano plurianual (PPA), julgue os itens subsecutivos.

- 143 No caso dos municípios, a receita corrente líquida corresponderá ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.  
 144 O PPA deve dispor sobre a forma de utilização e do montante da reserva de contingência.  
 145 Considere que determinado investimento não esteja previsto no PPA. Nesse caso, quando da elaboração da LOA, não poderá ser consignada dotação para o referido investimento.  
 146 O ciclo orçamentário pode ser definido como um rito legalmente estabelecido, com etapas que se repetem periodicamente e que envolvem elaboração, discussão, votação, controle e avaliação do orçamento.  
 147 Passivos contingentes são despesas que envolvem certo grau de incerteza quanto a sua efetiva ocorrência. Nesse sentido, a LDO contém o anexo de riscos fiscais, no qual são avaliados os passivos contingentes e outros riscos fiscais.  
 148 Após a sanção presidencial à LOA aprovada pelo Congresso Nacional, o Poder Executivo, mediante decreto, deve estabelecer, em até sessenta dias, a programação financeira e o cronograma de desembolso mensal por órgãos.

Considere que o ordenador de despesas de um órgão público, após o encerramento do exercício fiscal de 2014, tenha recebido a fatura de energia elétrica relativa ao mês de dezembro, com vencimento em 15/1/2015, no valor de R\$ 200,00, e que, na data do vencimento da fatura, tenha verificado a existência de previsão orçamentária alocada em restos a pagar no valor de R\$ 100,00 para o pagamento da referida fatura de energia elétrica.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o ordenador de despesas deve providenciar

- 149 o cancelamento do valor da previsão insuficiente de R\$ 100,00 de restos a pagar e providenciar o empenho, a liquidação e o pagamento da fatura de R\$ 200,00 como despesa do exercício de 2015.  
 150 a liquidação e o pagamento de R\$ 100,00 como restos a pagar de 2014 e empenhar, liquidar e pagar a diferença de R\$ 100,00 como despesas de exercício anterior.